EMPREENDEDORISMO DE MINORIA EM ECOSSISTEMAS EMPREENDEDORES: NARRATIVAS DE BRASILEIRAS NEGRAS NA ALEMANHA

Victoria Barboza de Castro Cunha (UFPR)
Natália Rese (UFPR)
Thiago Cavalcante Nascimento (UTFPR)

RESUMO: Este artigo analisa a relação entre a construção de identidade empreendedora por imigrantes de minoria e os obstáculos encontrados em ecossistemas empreendedores. Considerando as tensões sociopolíticas sobre migrantes e refugiados não europeus na Alemanha, esse país de destino oferece um contexto peculiar para a compreensão dessa relação. O estudo baseia-se em nove entrevistas aprofundadas com brasileiras negras imigrantes. Utilizando a teoria da interseccionalidade e a análise narrativa, os resultados revelam como gênero, raça, etnia e classe moldam identidades empreendedoras em meio a estruturas contextuais do ecossistema empreendedor alemão. A compreensão do fenômeno em tela é fundamental para apoiar práticas mais inclusivas, fortalecendo vínculos entre comunidades étnicas, redes de negócios e famílias de imigrantes.

Palavras-chave: Afroempreendedoras. Empreendedorismo feminino imigrante. Mulheres empreendedoras. Interseccionalidade.

1 INTRODUÇÃO

O número de migrantes internacionais cresceu nas últimas décadas, atingindo aproximadamente 281 milhões de pessoas em 2024, ou 3,6% da população mundial (OIM – Organização Internacional para as Migrações, 2024). Desse total, 86 milhões residem em países europeus, tornando o continente um dos principais destinos dos fluxos migratórios contemporâneos. No caso brasileiro, a emigração também se consolidou como um tema significativo de estudo acadêmico, como visto em pesquisas pioneiras focadas nos Estados Unidos (por exemplo, Martes, 2000; Margolis, 2013). Nas últimas duas décadas, a Europa também se tornou um foco de pesquisa (por exemplo, Martins Junior; Dias, 2013; Bogus; Bassanezzi, 2016), onde se estima que 1,6 milhão de brasileiros residam atualmente. A Alemanha emergiu como o terceiro maior destino, com uma população de cerca de 170.400 brasileiros (MRE, 2024).

Entre os principais fatores que impulsionam essa emigração brasileira estão a busca por melhores oportunidades profissionais, educacionais e de qualidade de vida, bem como a insatisfação com a violência e a instabilidade política no Brasil (Sasaki, 2016; Cruz; Falcão; Santos, 2022). No entanto, não é improvável que as mulheres migrantes brasileiras compartilhem com outras comunidades migrantes barreiras institucionais que limitam a continuidade de suas carreiras profissionais no país de acolhimento — por exemplo, desafios

para ter suas credenciais acadêmicas reconhecidas e atender aos requisitos de proficiência linguística (Feijó, 2021; Cruz; Falcão; Leite, 2022)—o que, em última instância, motiva grande parte delas a se tornarem empreendedoras (Lemos et al., 2025).

No entanto, apesar de um crescente conjunto de estudos que se concentra na Alemanha como um contexto de particular atipicidade para o estudo das mulheres migrantes brasileiras empreendedoras (ver, por exemplo, Cruz & Falcão, 2026; Cruz, Falcão & Santos, 2022; Cruz, Falcão e Leite, 2022; Lemos et al., 2025; Lidola, 2014, 2021), ainda pouco se sabe sobre a realidade das mulheres negras migrantes empreendedoras na comunidade diaspórica brasileira. Até o momento, estudos regionais sobre o empreendedorismo de migrantes brasileiros enfatizaram normas socioculturais de gênero relacionadas à inclusão social das empreendedoras mulheres (Feijó, 2021; García & Villares-Varela, 2023; Lidola, 2014; Lidola, 2021; Malheiros & Padilla, 2015), mas negligenciaram as experiências específicas que os brasileiros sub-representados podem enfrentar ao desenvolver seus negócios no exterior. Considerando que 56% da população brasileira se identifica como negra ou parda na Pesquisa Nacional por Amostra Contínua de Domicílios (PNAD) de 2022 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2022), é impressionante como a composição étnica dos migrantes brasileiros no mundo varia tão significativamente em relação à produção científica geral sobre o tema.

Reconhecendo que tal sub-representação epistêmica reproduz estruturas mais amplas de discriminação racial e xenofobia (Muzanenhamo & Chowdhury, 2023), este artigo tem como objetivo examinar os processos de identidade específicos com os quais empreendedoras negras brasileiras se envolvem ao enfrentar as barreiras encontradas nos ecossistemas empreendedores de seus países de acolhimento. Ao fazê-lo, parte-se de uma lente interseccional, herdada de uma tradição acadêmica que investiga o empreendedorismo de mulheres pertencentes a minorias — incluindo migrantes de uma ampla gama de nacionalidades (ver, por exemplo, Barrett e Vershinina, 2017; Essers e Benschop, 2007; Kacar e Essers, 2019; Yeröz, 2019) —, utilizando a teoria seminal da interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw (1991).

A autora, uma acadêmica americana negra, propôs a teoria da interseccionalidade como um meio de compreender como estruturas institucionais e categorias de identidade interseccionais, como raça, classe e gênero, se combinam de maneira única como fenômenos interligados, moldando os processos de identidade subjacentes pelos quais passam os grupos sociais minoritários (Crenshaw, 1991). Essa lente teórica reconhece que mesmo empreendedores com um histórico semelhante (por exemplo, um grupo que compartilha o mesmo gênero e origem étnica, como as “mulheres brasileiras”) podem se envolver em processos de identidade distintos, uma vez que podem interpretar e enquadrar as restrições e oportunidades situacionais nos níveis sociocultural e político-institucional de maneiras diferentes (Kacar & Essers, 2019).

Dito isso, este estudo traz uma contribuição tripla para os estudos sobre empreendedorismo de minorias e empreendedorismo migrante. Em primeiro lugar, desenvolve-se uma análise interseccional de múltiplas categorias de identidade de inclusão e exclusão produzidas em relação a diversas estruturas contextuais em um dos principais países

europeus que acolhem requerentes de asilo e refugiados, precisamente num momento em que a busca ativa da Alemanha por talentos em STEM é colocada em evidência (Angenendt, Knapp e Kipp, 2023). Em segundo lugar, o artigo endereça vários apelos recentes por mais diversidade e inclusão na literatura sobre empreendedorismo feminino (Henry et al., 2021; Corrêa et al., 2022; Corrêa et al., 2024; Deng et al., 2025; Vershinina, 2025).

Em terceiro lugar, contrariando as técnicas positivistas dominantes de análise de dados qualitativos, este artigo emprega a análise narrativa de entrevistas em profundidade. Tal metodologia é ideal para examinar a concepção de Giddens (1984) sobre a interdependência entre estrutura e agência, demonstrando que os migrantes atuam de forma autônoma na reconstrução de sua identidade para se opor às políticas nacionalistas europeias que têm polarizado as opiniões dos cidadãos nativos a respeito de sua presença no território estrangeiro, em vez de realmente possibilitar a integração das minorias étnicas nos ecossistemas empreendedores (Cederberg e Villares-Varela, 2019).

2 REFERENCIAL TEÓRICO: TEORIA DA INTERSECCIONALIDADE E AS IDENTIDADES EMPREENDEDORAS DE GRUPOS MINORIZADOS

Os empreendedores constroem ativamente sua identidade por meio do que está ou não à sua disposição e do que é ou não possível no contexto em que atuam (Barrett & Vershinina, 2017; Cederberg & Villares-Varela, 2019). Assim, a identidade empreendedora pode ser definida como parte da "super" identidade de um indivíduo, em constante interação com fatores contextuais que influenciam o seu comportamento (Newbery et al., 2018; Jones et al., 2019).

Por exemplo, Essers e Benschop (2007) e Yeroz (2019) observam o impacto das normas religiosas e étnicas, bem como do ambiente sociopolítico, sobre as experiências e identificações empreendedoras de mulheres migrantes. Entendendo as redes sociais como facilitadoras de identificações empreendedoras, é provável que mulheres migrantes negras se reúnam com aquelas com quem se identificam em termos de raça, estética capilar e cultura (Prieto, Phipps & McKoy Jr., 2022). Ao mesmo tempo, os laços criados por meio de identificações de classe visam buscar visibilidade e reconhecimento dentro da comunidade racializada. A visibilidade e o reconhecimento são construídos por meio de um discurso coletivamente compartilhado de empoderamento racial, levando à afirmação de uma nova identidade política que permite que as mulheres negras se tornem agentes ativas de mudança (Collins, 2022).

Por meio de narrativas, os indivíduos refletem sobre suas experiências e dão sentido ao mundo, construindo múltiplas identidades sociais (Chasserio, Pailot & Poroli, 2014; Lewis, Rumens & Simpson, 2021). Apesar dessa suposta variedade de identidades, não é incomum que mulheres que se identificam como empreendedoras se alinhem ao discurso masculino predominante sobre o empreendedorismo (García & Welter, 2011; Braches & Elliott, 2016; Lewis, Rumens & Simpson, 2021). Enraizado no arquétipo do homem branco ocidental, um tom sexista permeia o ambiente empresarial internacional, fazendo com que as mulheres

empreendedoras vivenciem conflitos emocionais que influenciam negativamente seu processo empreendedor (Nassif, Hashimoto, Borges, Falce e Lima, 2020).

Mas, além das emoções contingentes, as mulheres empreendedoras também constroem suas identidades ligadas a um lugar específico (Jones et al., 2019; Welter, 2020; Gupta & Etzkowitz, 2021). Nesse sentido, a noção de "ser empreendedor" surge de um entendimento compartilhado de eventos passados/históricos dentro de um determinado contexto nacional ou regional, bem como das comunidades e grupos relevantes aos quais os indivíduos pertencem (Jones et al., 2019; García & Welter, 2011). Portanto, a autodefinição no empreendedorismo é construída de forma dinâmica e relacional, levando em consideração as diversas estruturas dos ecossistemas presentes em uma região ou nação em relação à religião, política, sociedade, mídia e cultura.

No entanto, o processo de construção identitária tende a se tornar um pouco mais complexo no âmbito do empreendedorismo migratório, já que o "lugar" costuma ser sem fronteiras, ligado tanto ao país de origem quanto ao de destino. Refletindo essa categoria de análise abstrata e subjetiva, o termo "lugar", no caso das mulheres migrantes, frequentemente implica que elas são levadas a priorizar ou equilibrar estruturas político-institucionais de diferentes contextos, seja rejeitando ou aderindo a normas de gênero e étnicas concorrentes em suas identidades empreendedoras (Webster & Kontkanen, 2021). Nesse sentido, James, Xiong e Anderson (2022) constataram que as mulheres migrantes empreendedoras tendem a sobrepor uma característica de sua identidade às demais, por exemplo, abraçando sua etnia enquanto rejeitam sua feminilidade, ou vice-versa.

Quando os contextos político-institucionais alemão e brasileiro são colocados em paralelo, as relações coloniais históricas parecem complicar ainda mais essa escolha. Às vezes, mulheres migrantes negras empreendedoras realizam seus processos de (re)construção de identidade em detrimento da identificação racial (Fernandes, 2016; Rodrigues, 2022; Bruton et al., 2023). Enquanto a branquitude (ou seja, identidades racialmente categorizadas como brancas) envolve privilégios simbólicos, subjetivos e objetivos que contribuem para o preconceito racial por parte dos "colonizadores" europeus (da Silva, Nova e Carter, 2016), os estereótipos negativos associados à cor — e reforçados entre os "colonizados" — levam pessoas mestiças e afrodescendentes a negar a estética negra (Munanga, 2006; Souza et al., 2019), ou mesmo a evitar se identificar como negras (Costa Melo & Schucman, 2022). Esse fenômeno é evidente em processos históricos como o clareamento, nos quais a adoção generalizada de técnicas de alisamento capilar, clareamento da pele e cirurgias plásticas entre mulheres negras é um sinal de conformidade com o padrão de beleza hegemônico aceito pela sociedade dominante branca (Mady, Biswas, Dadzie, Hill, & Paul, 2023).

Ao transpor isso para o empreendedorismo praticado no Brasil, é justo afirmar que as mulheres negras são mais uma vez estigmatizadas sob o rótulo do empreendedorismo motivado pela necessidade, o que impõe novos desafios ao desenvolvimento de identidades empreendedoras racializadas positivas. Embora representem 17% dos empreendedores no país (ou seja, cerca de 4,7 milhões de mulheres de negócios brasileiras), acredita-se que 49% dessa parcela desenvolva um negócio devido a dificuldades financeiras (Sebrae, 2023). Isso significa que, além de serem migrantes, mulheres e cidadãs de um país em desenvolvimento,

as mulheres negras brasileiras empreendedoras na Alemanha podem enfrentar uma quadrupla desvantagem. Pior ainda, tal desvantagem múltipla é legitimada por processos de identificação social e cultural arraigados no contexto institucional de seu país de origem. Dessa forma, mulheres migrantes negras frequentemente reconhecem que tais processos de identificação só podem ser ratificados ou contestados após a imigração para uma nação europeia, onde os ideais raciais dominantes se originaram e ainda influenciam as relações transfronteiriças pós-coloniais.

Este artigo, então, enquadra gênero, etnia e classe como processos simultâneos de identidade em relação aos recursos contextuais dos ecossistemas empreendedores, ligados a construções sociais históricas e a lugares fluidos e subjetivos. O gênero recupera uma interpretação cultural das identidades masculina e feminina e suas práticas decorrentes dentro de um sistema de relações de gênero (Acker, 2006). Por outro lado, a etnia é enquadrada como uma construção ideológica que enfatiza múltiplas formas de pertencimento a um determinado grupo (Acker, 2006; Feijó, 2021). A raça, por sua vez, diz respeito a diferenciações socialmente construídas, enraizadas em atributos físicos, bem como em aspectos culturais, refletindo um determinado contexto histórico de dominação e subjugação, cristalizado em convicções modernas e profundamente arraigadas (Acker, 2006; Bruton et al., 2023). Por fim, a classe é uma construção social que gira em torno do estabelecimento de status hierárquico e da aceitação em grupo (Acker, 2006; Gupta & Etzkowitz, 2021).

Embora esse aspecto tenda a ser negligenciado na literatura sobre empreendedorismo feminino, a classe social continua sendo relevante, na medida em que empreendedores de diferentes estratos percebem e interpretam as estruturas do empreendedorismo de maneiras distintas, moldando suas identidades empreendedoras de acordo com isso. Assim, para realmente levar em conta uma leitura interseccional das identidades empreendedoras de mulheres negras migrantes, classe, raça, bem como gênero e etnia, devem ser tratadas como categorias centrais de inclusão ou exclusão (Yeröz, 2019; Gupta & Etzkowitz, 2021).

3 MÉTODO

3.1 DESENHO DA PESQUISA E COLETA DE DADOS

Dada a natureza interpretativa do estudo, foram realizadas nove entrevistas em profundidade de caráter exploratório (Saunders, Lewis e Thornhill, 2019) com empreendedoras negras brasileiras migrantes residentes na Alemanha. As entrevistadas foram recrutadas por meio de uma pesquisa geral publicada no Facebook, LinkedIn e WhatsApp entre março de 2019 e março de 2026, em grupos que reúnem expatriados brasileiros na Alemanha. Essas três redes sociais foram utilizadas para evitar o viés de seleção inerente ao objetivo principal de cada uma delas. Por exemplo, alcançar empreendedoras apenas por meio do LinkedIn poderia envolver um viés de classe relacionado à sua finalidade profissional, o que significa que as mulheres recrutadas por lá poderiam estar buscando ativamente mobilidade social por meio de suas construções de identidade empresarial e empreendedora (Kacar & Essers, 2019).

Posteriormente, as entrevistas em profundidade foram realizadas online via Google Meet com entrevistadas que declararam ter iniciado um negócio na survey. As selecionadas para esta pesquisa precisavam se autoidentificar como negras e ser a principal administradora do negócio na Alemanha, não apenas a proprietária. Nenhum critério relativo à idade das participantes, tempo de permanência na Alemanha, status socioeconômico ou formação acadêmica antes da migração foi pré-especificado. Vale ressaltar que as entrevistas em profundidade são particularmente úteis para revelar a natureza processual da construção de identidade (Delmotte, 2020). Como gênero, etnia e classe, bem como as estruturas contextuais, são categorias sociais formadas discursiva e historicamente, elas explicam a reflexão sobre experiências passadas transmitidas para as construções das identidades atuais.

As entrevistadas residiam principalmente em cidades do sul da Alemanha, uma vez que estas abrigam as populações de migrantes brasileiros mais densas do país (Cruz, Falcão e Leite, 2022; Cruz, Falcão e Santos, 2022). A maioria das entrevistadas era de meia-idade e provinha das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, respectivamente. Todas as entrevistas foram realizadas em português do Brasil, gravadas digitalmente e transcritas literalmente.

3.2 REFLEXIVIDADE E POSICIONALIDADE DOS PESQUISADORES

A identidade dos entrevistadores — pesquisadores de origem brasileira, homens e mulheres, que se autoidentificaram como brancos — pode ter facilitado a construção narrativa das participantes. Como compartilhavam a mesma nacionalidade e língua materna, isso contribuiu para um clima mais descontraído e permitiu que as identidades atuais fossem retratadas em comparação com aquelas vividas durante o tempo em que moraram no Brasil, lançando luz sobre a dimensão processual pretendida da construção contínua da identidade. Além disso, a presença de uma entrevistadora mulher permitiu que o preconceito de gênero fosse revelado com mais facilidade, já que as entrevistadas buscavam um entendimento mútuo entre as duas partes.

No que diz respeito ao preconceito racial, as entrevistadas demonstraram certa facilidade em criticar as atitudes racistas de brasileiros brancos e alemães nativos. Às vezes, os pesquisadores sentiram que os participantes esperavam que fossem criados mais espaços seguros para que os brasileiros brancos pudessem aprender a perspectiva do “outro” e as mulheres migrantes (atuais ou futuras) pudessem ter um vislumbre de suas “verdadeiras histórias de migração”. Essas impressões aumentaram significativamente o compromisso social e o valor deste estudo, bem como o potencial da pesquisa de proporcionar tais encontros entre brancos e negros, homens e mulheres, por meio dos quais as categorias sociais são debatidas, contestadas e, eventualmente, resignificadas. Curiosamente, os participantes não foram questionados diretamente sobre questões raciais ou experiências com racismo em suas histórias de vida. No que diz respeito às dinâmicas de poder e ética, os pesquisadores deixaram que esses temas surgissem naturalmente durante as entrevistas, o que aumentou a reflexão sobre as práticas coloniais preconceituosas herdadas do passado colonial do Brasil e perpetuadas nos dias de hoje.

3.3 ANÁLISE DE DADOS

A análise narrativa de dados empregada neste estudo utilizou transcrições de entrevistas como unidades de análise (McAdams, 2012) e foi realizada à maneira de estudos anteriores sobre as construções de identidade de empreendedoras imigrantes (ver, por exemplo, García & Welter, 2011; Alkhaled & Berglund, 2018; Kacar & Essers, 2019). De acordo com esse protocolo de análise, os pesquisadores realizam várias leituras do conjunto de dados, dependendo do número de conceitos nos quais pretendem se concentrar. Para esta pesquisa, a primeira leitura de todas as transcrições teve como objetivo rastrear a influência das estruturas contextuais (por exemplo, políticas que regem a atividade empreendedora e o envolvimento das entrevistadas com stakeholders do ecossistema empreendedor, como organizações empresariais) na construção da identidade empreendedora de cada participante.

A segunda leitura das transcrições envolveu a identificação de temas comuns emergentes de todas as entrevistas sobre a mesma interação entre a construção de identidade e as estruturas contextuais. Por exemplo, as participantes comentaram com maior frequência sobre gênero por meio de uma mudança na imagem das mulheres brasileiras na sociedade anfitriã e na mídia, ou seja, de meras donas de casa e profissionais não qualificadas ligadas à migração econômica, elas passaram a ser vistas como empregadoras/empreendedoras altamente qualificadas em sua comunidade étnica. Em segundo lugar, comentaram sobre o preconceito de classe e raça sofrido por serem “negras de um país do terceiro mundo em uma nação neocolonialista”.

Então, na terceira leitura, a atenção foi voltada para como as participantes construíram discursivamente suas identidades como atores centrais dentro do ecossistema empreendedor alemão. Nesse caso, a análise concentrou-se em como as entrevistadas e as “personagens” a que se referiam em suas narrativas se situavam dentro de uma metanarrativa do ecossistema, e como seus papéis sociais e identidades autoatribuídas como mulheres migrantes negras e brasileiras empreendedoras moldavam suas experiências, interações e senso de agência. Para ilustrar cada um desses aspectos, os trechos mais representativos foram adicionados a cada tema discutido na seção de Resultados.

4 RESULTADOS

4.1 NARRATIVAS SOBRE OS OBSTÁCULOS A ECOSSISTEMAS EMPREENDEDORES INCLUSIVOS

A tentativa de compreender as regulamentações e leis alemãs refletiu a preocupação das brasileiras negras em construir uma identidade que demonstrasse sua capacidade de adaptação ao ambiente empresarial. A articulação de novas habilidades e conhecimentos locais por parte das brasileiras para ingressar no mundo dos negócios, seja de forma ativa (por exemplo, buscando educação empreendedora formal no país de destino) ou passiva (por exemplo, contando com seus parceiros locais para aprender sobre questões tributárias e contábeis), enfatizou como elas enquadravam as estruturas de empreendedorismo como forças antagônicas à sua participação equitativa em empreendimentos, em comparação com os nativos.

Uma estrutura antagônica recorrente em suas narrativas foi a burocracia na legislação para validar seus diplomas, a fim de exercerem suas atividades profissionais do país de origem, particularmente tendo em vista que elas eram percebidas como recursos humanos "qualificados" no Brasil. Os obstáculos à obtenção de uma certificação universitária no país de destino dependem do grau de qualificação com que as empreendedoras emigram. Quando saem do Brasil com qualificações do ensino médio e/ou superior, sua atuação profissional na Alemanha é regida pela Lei Federal de Reconhecimento (também conhecida como *Anerkennungsgesetz*), que determina que todo trabalhador qualificado estrangeiro que pretenda exercer atividade autônoma remunerada na Alemanha deve ter sua qualificação profissional examinada para fins de equivalência (Sommer, 2021).

No entanto, a equivalência dessa qualificação secundária ou técnica só pode ser avaliada desde que a profissão do migrante esteja incluída na lista de profissões de referência do país. Embora isso se aplique tanto a profissões não regulamentadas quanto regulamentadas, existem leis específicas para a maioria das profissões regulamentadas (por exemplo, médicos e farmacêuticos), o que significa que o sistema regulatório do país é bastante fragmentado. Além disso, existem disposições especiais relativas aos cidadãos da UE e do Espaço Econômico Europeu (EEE) (Sommer, 2021), o que significa que os migrantes de origem latina inevitavelmente enfrentarão alguma desvantagem no processo. Acrescente-se a isso o fato de que muitas profissões (por exemplo, arquitetos, professores e educadores) estão sujeitas à jurisdição dos estados federais, aos quais se aplica a legislação estadual correspondente (Sommer, 2021). A narrativa de Int.4 exemplificou tal desvantagem, pois ela não pôde exercer a mesma profissão que tinha no Brasil até aprender alemão para passar em um teste de equivalência que não levava em consideração sua experiência prática, sendo puramente teórico.

> […] Eu tinha muitos anos de experiência no Brasil e havia enviado todos os meus diplomas. Tive que traduzir toda essa documentação para o alemão para ter a chance de trabalhar na mesma profissão. No entanto, deixaram bem claro que eu não poderia exercer todas as funções que costumava desempenhar no meu país, porque não possuía o título alemão. (Int. 4)

Por outro lado, a narrativa da Int. 7 acrescentou uma contra-narrativa a essa estrutura antagônica no contexto alemão ao comentar que algumas profissões exigem níveis de escolaridade mais avançados para serem exercidas. Isso não se referia a uma barreira regulatória, mas sim a uma barreira normativa, já que migrantes de certas profissões supostamente ingressam no mercado de trabalho após terem suas qualificações de graduação reconhecidas (Stumpf et al., 2020). Nas políticas de migração, migrantes qualificados são convidados sob a narrativa dominante de que, desde que a natureza de seu futuro trabalho esteja relacionada à sua formação acadêmica, não será um pré-requisito possuir um diploma universitário para obter um visto de trabalho na Alemanha; uma formação profissional adequada seria suficiente para tal fim (Damelang, Ebensperger e Stumpf, 2020). No entanto, essa normativa se aplica apenas a cidadãos da UE, do EEE e da Suíça que trabalham em profissões não regulamentadas (Sommer, 2021).

Na prática, os empresários europeus de alto escalão — especialmente os de origem alemã — tendem a ter mais anos de formação acadêmica, já que muitos jovens profissionais de diversos setores de atividade buscam cursos de pós-graduação imediatamente após concluir a graduação. No Brasil, no entanto, isso não é uma exigência normativa do mercado, mas sim uma expectativa sociocultural: os estudantes geralmente só fazem um mestrado depois de acumular alguns anos de experiência profissional em um setor específico. Essa experiência é geralmente suficiente para a progressão na carreira. Em outras palavras, investir mais em educação formal continua sendo opcional, e não uma pressão normativa para o exercício da profissão no Brasil. Como observou uma empresária:

> Já ouvi várias histórias de pessoas que não conseguiram ter seus diplomas reconhecidos. Nunca fui uma aluna brilhante. Minha média na universidade foi 7,8. Mas meu diploma foi reconhecido imediatamente e fiquei superanimada, pensando que poderia trabalhar na minha área. Mas quando tentei ingressar no mercado de trabalho formal, apenas quem tinha mestrado podia trabalhar com administração. (Int. 7)

Assim, as estruturas contextuais identificadas no país posicionam as identidades empreendedoras como narrativas ambíguas às quais se atribuem tanto superioridade quanto inferioridade. Por um lado, identidades profissionais superiores estão ligadas a uma narrativa na qual migrantes altamente qualificados de países em desenvolvimento competem em "pé de igualdade" com trabalhadores nativos, demonstrando um perfil exemplar. Para garantir cargos tipicamente reservados a alemães, eles são obrigados não apenas a se adequar às expectativas regulatórias e normativas (por exemplo, cursar pós-graduação no exterior, demonstrar desempenho acadêmico excepcional e ser aprovado em exames teóricos complexos), mas também a elevar suas qualificações profissionais a um nível que supere o dos cidadãos comuns. Em outras palavras, uma identidade empreendedora superior não é construída meramente pela imitação dos nativos em um sentido técnico. Em vez disso, ela implica transcender a categoria inferiorizada de etnia por meio de avanço baseado em classe, de modo que os migrantes assumam a responsabilidade social de superar as barreiras estruturais incorporadas em suas identidades.

Essa metanarrativa está profundamente enraizada nos discursos históricos capitalistas relativos à aptidão dos indivíduos para alcançar a supremacia nas sociedades ocidentais brancas por meio da aquisição de competências técnicas derivadas do conhecimento produzido por sujeitos ocidentais brancos (Zawislak, 1995; Muzanenhamo e Chowdhury, 2021). Assim, a "injustiça epistêmica e a provação hegemônica" (Muzanenhamo e Chowdhury, 2021, p. 3) podem ser entendidas como incorporadas aos valores liberais que as sociedades são estruturadas para reproduzir, na medida em que o capitalismo opera em um contexto no qual contratos sociais — tais como contratos culturais e raciais — influenciam os resultados de mercado ao normalizar, legitimar e perpetuar a exploração e a marginalização de indivíduos não brancos (Nguyen, 2020), neste caso, mulheres negras migrantes pertencentes a minorias étnicas.

Por outro lado, as identidades empreendedoras inferiorizadas são marcadas por dinâmicas desiguais entre o centro e a periferia dentro da União Europeia. Como explica Castellani (2020), tais dinâmicas decorrem do "chauvinismo assistencialista", na medida em

que o status legal de cidadãos europeus, por si só, não garante proteção social a indivíduos de nações periféricas que migram para países centrais (por exemplo, Alemanha, França, Países Baixos), a fim de assegurar as melhores perspectivas possibilitadas pela liberdade de circulação no Espaço Schengen. Dessa forma, os imigrantes do sul da Europa podem enfrentar dificuldades semelhantes às apontadas nas narrativas dessas empreendedoras negras: serem empurrados para segmentos inferiores do mercado de trabalho alemão e enfrentarem desafios de acesso a uma "educação válida" decorrente do fato de terem sido criados em um país periférico não do Sul Global, mas nas relações intra-bloco europeu, o que também está frequentemente ligado à associação entre categorias de identidade étnica, racial e de classe.

Dessa forma, traços étnicos (por exemplo, sotaque) na Alemanha passam a refletir um status de classe social mais baixa ou mais alta. Schmaus e Kristen (2021) observaram isso em seu experimento. Eles descobriram que desvios de pronúncia do idioma local podem ser mais relevantes do que os nomes dos indivíduos na avaliação da competência técnico-profissional, o que significa que múltiplos indícios étnicos são avaliados em diferentes etapas do processo de integração. Consequentemente, as diferenças no tratamento e acesso a recursos por empreendedores potencialmente qualificados não se devem a considerações objetivas de produtividade e competência linguística, como a inteligibilidade da comunicação (ou seja, o quão bem os estrangeiros conseguem ser compreendidos pelos nativos, apesar de seus sotaques). A discriminação étnico-racial decorre não necessariamente de processos de dominação linguística (Bourdieu, 1998; Castelló-Cogollos e Monzó-Nebot, 2023), mas sobretudo da influência do ambiente institucional alemão na formação e reprodução de uma metanarrativa sobre a construção de uma identidade empreendedora "superior" inatingível para os empreendedores migrantes específicos que estão historicamente sujeitos a essas barreiras estruturais.

4.2 NARRATIVAS SOBRE A AGÊNCIA DAS EMPREENDEDORAS EM PROL DE ECOSSISTEMAS EMPREENDEDORES INCLUSIVOS

O controle excessivo do Estado alemão e a falta de formação empresarial para orientar as empreendedoras imigrantes em relação à burocracia comercial fizeram com que elas tivessem de recorrer aos seus parceiros nativos alemães ou, quando eram casadas com brasileiros, às redes co-étnicas para desenvolver habilidades empreendedoras e ter acesso a informações sobre o funcionamento do ecossistema empreendedor alemão. Nesse sentido, as brasileiras negras criaram associações onde outras empreendedoras brasileiras, independentemente de raça e classe, pudessem aprender as habilidades necessárias para expandir seus empreendimentos migrantes. Essa manifestação de sua capacidade de agência emergiu como uma contra-narrativa a barreiras estruturais de estereotipização cultural e de gênero sofridas coletivamente. As narrativas das Int. 3 e 9 refletem sobre essa estereotipização de suas identidades empreendedoras migrantes:

> A maioria dos alemães acredita que os imigrantes qualificados vão roubar seus empregos e que os não qualificados, especialmente as mulheres, vão roubar os maridos alemães. Existe o preconceito entre as alemãs de que não somos boas o suficiente para os homens alemães. Há também a crença de que os

> homens resgatam as mulheres brasileiras da pobreza. Então, você precisa constantemente ficar lembrando de tudo o que tem no seu currículo para se valorizar. (Int. 3)

> A sociedade praticamente te obriga a ter um homem do teu lado para validar o que tu dizes. O gênero vem em primeiro lugar nesse caso. Se você for um homem alemão branco, ganha cinco estrelas. Se for um alemão negro, ganha apenas três. Se for homem, mas não for nativo, ganha duas. Quando chega na mulher imigrante, se ela ganhar alguma, é porque está casada com um alemão. (Int. 9)

Tais narrativas ecoam o fato de que a sociedade alemã continua, implicitamente, a perceber o mundo dos negócios e as empresas como predominantemente masculinos, não sendo as mulheres empresárias uma exceção a essa norma (Welter, 2004). Walkenhorst, Sturm e Westarp (2021), por exemplo, demonstram como múltiplas formas de neo-institucionalização do preconceito de gênero ainda impedem que mais mulheres ingressem no mundo dos negócios no país. Da mesma forma, no cenário empresarial, não é incomum que conselhos compostos predominantemente por homens prejudiquem a representação feminina entre novos membros do conselho, a fim de proteger o valor de monopólio gerado por seu status masculino de elite (Huang, Diehl & Paterlini, 2019).

Conforme informam Hoffmann e Musch (2019), a prevalência do preconceito de gênero pode estar velada nas contra-narrativas dos homens sobre o favoritismo de gênero quando, na verdade, a homofilia contra mulheres líderes continua a ser socialmente desejável. Como um todo, esses achados empíricos mostram como os estereótipos tradicionais de gênero ainda prevalecem na Alemanha, apesar da criação de múltiplas políticas de igualdade (OCDE, 2021). Tais normas culturais geram papéis profissionais de gênero distintos, na medida em que determinam que as mulheres sejam percebidas como mais afetuosas e emocionais do que os homens e que os homens sejam mais competentes do que as mulheres, mesmo que estes passem por processos de auto-favorecimento ao associarem seu próprio gênero à competência (Ebert, Steffens & Kroth, 2014).

Nesse sentido, sua capacidade de agência também foi mobilizada quando mulheres migrantes negras se tornaram mães e não contaram com políticas que garantissem o acesso a creches para a primeira infância, o que as levou a mobilizar estrategicamente recursos pessoais e comunitários para conciliar as atividades empreendedoras com a responsabilidade socialmente atribuída de cuidar dos filhos. Mätzke (2018) explica que existem dois sistemas diferentes de assistência infantil nas regiões leste e oeste do país. Assim como o desenvolvimento divergente do sistema empreendedor da Alemanha, os recursos abundantes (por exemplo, a capacidade administrativa local) na parte oriental não são suficientes para atender à maior demanda por necessidades parentais e creches públicas. Como resultado, quase todas as participantes comentaram como consideravam injustas as políticas de migração por favorecerem a imigração de jovens trabalhadores para lidar com os problemas sociais de baixas taxas de natalidade e escassez de mão de obra em áreas técnicas críticas; no entanto, as mulheres migrantes, embora ajudassem o país a lidar com o primeiro problema, eram automaticamente excluídas da chance de ajudar no segundo. Como aponta a Int. 7:

> A sociedade alemã precisa de crianças. Então, eu faço um favor à sociedade e tenho filhos, mas não tenho nenhuma rede de apoio quando abro um negócio. […] Os alemães nos pedem para vir, nos dão dinheiro. Se você tem filhos aqui, recebe um auxílio de 250 euros. Mas eu não quero 250 euros. Quero um lugar onde meu filho possa ficar para que eu possa trabalhar. Sou jovem demais para não produzir. (Int. 7)

A empresária se refere ao abono por filho (também conhecido como *Kindergeld*), concedido pelo sistema de previdência social alemão, que pode ser solicitado até a criança completar 18 anos. Essa política estabelece que todos os responsáveis alemães e da União Europeia, independentemente de sua renda, têm direito a receber um abono mensal para compensar as despesas decorrentes da criação de seus filhos, desde que sejam residentes na Alemanha. Cidadãos estrangeiros também podem receber esse benefício se possuírem uma autorização de residência temporária ou permanente válida. Inspirado no modelo de bem-estar social nórdico (Spiess & Wrohlich, 2008), ele garante que uma série de benefícios, isenções fiscais e deduções estejam disponíveis para pais solteiros, responsáveis por crianças adotadas e casais, desde que não recebam qualquer outro benefício de seu país de origem ou de qualquer outro local. No entanto, a política assume uma narrativa controversa em relação aos papéis de gênero ao declarar que apenas um dos pais tem permissão para solicitar o abono infantil, o que significa que os casais precisarão "chegar a um acordo" sobre quem receberá o pagamento. Assim, existe uma narrativa implícita de que um dos pais deve ter a guarda principal da criança, o que costuma ser o caso das mulheres que não trabalham, pois elas "têm tempo disponível".

O conservadorismo alemão, portanto, se inscreve como uma metanarrativa sociocultural, inclusive na forma como as representações de mulheres empresárias na mídia de massa (por exemplo, jornais) frequentemente enquadram discursivamente o equilíbrio entre trabalho e família como um tema "exclusivamente feminino" (Achtenhagen & Welter, 2011). Ao retratar as mulheres empresárias primeiro como mães e depois como empresárias, o sucesso profissional passa a ficar subordinado à imagem de uma "boa pessoa de família" (Achtenhagen & Welter, 2011; Braches & Elliott, 2016). Como observa a Int. 7,

> Quando você se torna empreendedora após a maternidade, parece que você é mulher novamente. Porque essa é a verdade: qualquer conversa se resume a mamadeiras, fraldas e chupetas. Quando você se torna mãe, perde a sua identidade. E, às vezes, apenas o trabalho autônomo pode restaurá-la. Mas se você procura trabalho formal, parece que está empregada só para pagar uma creche particular e ter onde deixar seu filho. Ao se tornar empreendedora, você obtém o melhor dos dois mundos, porque não deixa de dar apoio em casa e também ajuda a pagar as contas. (Int. 7)

A partir deste trecho, concluímos que a construção de identidades empreendedoras funciona como um elemento de reconciliação entre as identidades materna e de gênero das participantes, dada a falta de apoio estrutural às mulheres de negócios por parte das estruturas regulatórias e normativas do ecossistema empreendedor. Assim, as próprias identidades empreendedoras podem ser interpretadas como contra-narrativas que contestam as categorias de identidade de gênero e de classe que lhes são atribuídas. Em outras palavras, as mulheres migrantes negras utilizam suas identidades empreendedoras para promover uma mudança na

narrativa dominante atribuída às imigrantes brasileiras. De donas de casa e profissionais não qualificadas ligadas à migração econômica ou por casamento internacional (ou seja, as narrativas dominantes que lhes são atribuídas), elas se posicionam como empreendedoras altamente qualificadas em sua comunidade étnica (ou seja, estabelecem suas identidades empreendedoras como uma contra-narrativa).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo deixou claro que a relação entre as estruturas das empreendedoras e os processos de identidade é mais complexa do que uma dicotomia entre autoidentificação e categorização externa poderia sugerir. A análise de nove trajetórias de vida de mulheres negras brasileiras empresárias na Alemanha incluiu a interação interseccional entre gênero, raça, classe, etnia e as macroestruturas do país de destino. Nesse contexto específico, a compreensão das identidades empreendedoras está intimamente ligada às diversas metanarrativas sobre papéis de gênero na mídia, políticas de migração e discursos políticos no país de residência. Consequentemente, as identidades empreendedoras de mulheres migrantes devem ser entendidas como de natureza híbrida, ajustadas às estruturas contextuais.

Algumas limitações deste trabalho envolvem a necessidade de um recorte temporal longitudinal para aprofundar as interações analisadas até o momento. Dessa forma, estudos futuros poderiam mapear mudanças nas estruturas dos ecossistemas que afetam as identidades empreendedoras. Além disso, um estudo comparativo que avalie a influência das categorias de construção de identidade em várias gerações de imigrantes poderia trazer uma contribuição oportuna ao conhecimento existente sobre a interseccionalidade geracional, relacionando o crescimento das comunidades étnicas, condições de atuação no mercado e a integração das famílias de imigrantes na sociedade.

No que diz respeito às contribuições deste artigo para a teorização da interseccionalidade nos estudos sobre empreendedorismo de migrantes, deve-se observar que a literatura sobre o empreendedorismo de migrantes evoluiu como um campo intrinsecamente dualista. Por um lado, ela tende a enfatizar as estruturas em nível macro para facilitar comparações entre países (Kloosterman, 2010; Ojong, Simba & Dana, 2021). Por outro lado, apresenta integração limitada com outro conjunto substancial de literatura que examina empreendedores migrantes no nível individual (Barrett & Vershinina, 2017; García & Villares-Varela, 2023).

Como resultado, focar exclusivamente nas motivações, no desempenho ou nas características individuais dos empreendedores migrantes oferece uma visão incompleta de como forças mais amplas em nível macro — tais como políticas e barreiras do ecossistema empreendedor — moldam a construção da sua identidade (Barrett & Vershinina, 2017; Chasserio, Pailot & Poroli, 2014; Jones et al., 2019). Essa lacuna torna-se ainda mais pronunciada em estudos sobre processos de gênero e raça no empreendedorismo de imigrantes, nos quais tanto atores individuais quanto fatores contextuais influenciam o significado do empreendedorismo, ou seja, como ele é definido, vivenciado e praticado (Welter, 2020; Bruton et al., 2023).

Em termos de contribuições práticas, este estudo reconhece que, até o final da década de 1990, os formuladores de políticas alemães tratavam o empreendedorismo como um fenômeno neutro em termos de gênero (OCDE, 2021). Nas últimas décadas, no entanto, as mulheres alemãs passaram a dedicar menos tempo às tarefas domésticas com a introdução de políticas incipientes de igualdade de gênero no âmbito do empreendedorismo (OCDE, 2021). Ainda assim, tais políticas não se alinham com a realidade vivida pelas mulheres migrantes que buscam seguir uma trajetória empreendedora no país. Na verdade, as atuais políticas de igualdade de gênero representam barreiras ao crescimento de seus negócios e à construção de identidades empreendedoras menos tensionadas e contestadas. Dito isso, as conclusões ora debatidas podem orientar melhor as políticas governamentais relacionadas à equivalência de diplomas, ao apoio a mães empreendedoras (por exemplo, maior disponibilidade de creches) e às mudanças na representação feminina na política e na mídia. Dessa forma, a inclusão e a integração das minorias étnicas também podem fazer parte da agenda nacional para favorecer aqueles que desejam contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país.

REFERÊNCIAS

Achtenhagen, L., & Welter, F. (2011). 'Surfing on the ironing board' – The representation of women's entrepreneurship in German newspapers. *Entrepreneurship and Regional Development, 23*(9–10), 763–786. https://doi.org/10.1080/08985626.2010.520338

Acker, J. (2006). Inequality regimes: Gender, class, and race in organizations. *Gender & Society, 20*(4), 441–464. https://doi.org/10.1177/0891243206289499

Alkhaled, S., & Berglund, K. (2018). 'And now I'm free': Women's empowerment and emancipation through entrepreneurship in Saudi Arabia and Sweden. *Entrepreneurship and Regional Development, 30*(7–8), 877–900. https://doi.org/10.1080/08985626.2018.1500645

Aly, M., & Galal-Edeen, G. (2020). Why is Germany less entrepreneurial? A behavioral reasoning perspective. *The Journal of Technology Transfer, 46*, 1376–1416. https://doi.org/10.1007/s10961-020-09823-4

Audretsch, D. B., Lehmann, E. E., & Wirsching, K. (2017). Female immigrant entrepreneurship in Germany. In *Gender and entrepreneurial activity* (pp. 46–68).

Barrett, R., & Vershinina, N. (2017). Intersectionality of ethnic and entrepreneurial identities: A study of post-war Polish entrepreneurs in an English city. *Journal of Small Business Management, 55*(3), 430–443. https://doi.org/10.1111/jsbm.12246

Braches, B., & Elliott, C. (2016). Articulating the entrepreneurship career: A study of German women entrepreneurs. *International Small Business Journal: Researching Entrepreneurship, 35*(5), 535–557. https://doi.org/10.1177/0266242616651921

Brazilian Institute of Geography and Statistics [IBGE]. (2022). *Continuous National Household Sample Survey (PNAD)*. https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=O%20IBGE%20pesquisa%20a%20cor,10%2C6%25%20como%20pretos

Brazilian Ministry of External Relations [MRE]. (2023). *Comunidades brasileiras no exterior*. https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/BrasileirosnoExterior.pdf

Bruton, G., Lewis, A., Lopez, J., et al. (2023). A racialized view of entrepreneurship: A review and proposal for future research. *Academy of Management Annals, 17*(2). https://doi.org/10.5465/annals.2021.0185

Castellani, S. (2020). On the fringes of social protection: New Southern European labour migration to Germany. *International Migration.* Wiley-Blackwell. https://doi.org/10.1111/imig.12760

Castelló-Cogollos, R., & Monzó-Nebot, E. (2023). Legitimized inequalities: Language rights and ideology. *Just. Journal of Language Rights and Minorities, Revista de Drets Lingüístics i Minories, 2*(2), 7. https://doi.org/10.7203/Just.2.27509

Cederberg, M., & Villares-Varela, M. (2019). Ethnic entrepreneurship and the question of agency: The role of different forms of capital, and the relevance of social class. *Journal of Ethnic and Migration Studies, 45*(1), 115–132. https://doi.org/10.1080/1369183x.2018.1459521

Chasserio, S., Pailot, P., & Poroli, C. (2014). When entrepreneurial identity meets multiple social identities. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research, 20*(2), 128–154. https://doi.org/10.1108/ijebr-11-2011-0157

Chreim, S., Langley, A., Reay, T., et al. (2020). Constructing and sustaining counter-institutional identities. *Academy of Management Journal, 63*(3), 935–964. https://doi.org/10.5465/amj.2017.0528

Collins, P. H. (2022). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment.* Routledge.

Costa Melo, W., & Schucman, L. V. (2022). Mérito e mito da democracia racial. *Revista Espaço Acadêmico, 21*, 14–23.

Cruz, E. P., Falcão, R. P. de Q., & Leite, J. G. L. (2022). Mixed embeddedness de brasileiros na Alemanha: Evidências empíricas e elementos para o debate. *Revista Organizações em Contexto, 18*(36), 129–160. https://doi.org/10.15603/1982-8756/roc.v18n36p129-160

Cruz, E. P., Falcão, R. P. de Q., & Santos, A. J. dos. (2022). Brasileiros na Alemanha: Motivações, perfil dos imigrantes e questões para debate. *População e Sociedade, 38*, 118–141. https://doi.org/10.52224/21845263/rev38v2

da Silva, S. M. C., Nova, S. P. D. C. C., & Carter, D. B. (2016). Brazil, racial democracy? The plight of Afro-descendent women in political spaces. In *Accounting in conflict: Globalization, gender, race and class* (Vol. 19, pp. 29–55). Emerald Group Publishing Limited.

Damelang, A., Ebensperger, S., & Stumpf, F. (2020). Foreign credential recognition and immigrants' chances of being hired for skilled jobs—Evidence from a survey experiment among employers. *Social Forces, 99*(2). https://doi.org/10.1093/sf/soz154

Delmotte, F. (2020). Identity, identification, habitus: A process sociology approach. In D. McCallum (Ed.), *The Palgrave handbook of the history of human sciences* (pp. 1–24). Springer Nature Singapore. https://doi.org/10.1007/978-981-15-4106-3_3-1

Ebert, I. D., Steffens, M. C., & Kroth, A. (2014). Warm, but maybe not so competent? Contemporary implicit stereotypes of women and men in Germany. *Sex Roles, 70*(9–10), 359–375. https://doi.org/10.1007/s11199-014-0369-5

Essers, C., & Benschop, Y. (2007). Enterprising identities: Female entrepreneurs of Moroccan or Turkish origin in the Netherlands. *Organization Studies, 28*(1), 49–69. https://doi.org/10.1177/0170840606068256

Feijó, G. V. (2021). Pertencimento, classe e gênero em narrativas de imigrantes brasileiros/as na Alemanha e em Portugal. *Il Segno e le Lettere, 9788879169707*, 313–329. https://doi.org/10.7359/969-2021-feij

Forson, C. (2013). Contextualising migrant black business women's work-life balance experiences. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research, 19*(5), 460–477. https://doi.org/10.1108/ijebr-09-2011-0126

García, C., & Villares-Varela, M. (2023). Contesting the boundaries of marianismo and entrepreneurial identity: Meanings of motherhood amongst Latin American migrant women entrepreneurs. *International Journal of Gender and Entrepreneurship, 15*(2), 149–169. https://doi.org/10.1108/IJGE-06-2022-0102

Gebhardt, C., & Pohlmann, M. C. (2013). Managing the organisation 2.0: Entrepreneurial spirit and general management competences as early indicators for cluster success and sustainable regional development. *The Journal of High Technology Management Research, 24*(2), 153–160. https://doi.org/10.1016/j.hitech.2013.09.007

Gupta, N., & Etzkowitz, H. (2021). Women founders in a high-tech incubator: Negotiating entrepreneurial identity in the Indian socio-cultural context. *International Journal of Gender and Entrepreneurship, 13*(4), 353–372. https://doi.org/10.1108/ijge-11-2020-0181

Henry, C., Coleman, S., Foss, L., et al. (2021). Richness in diversity: Towards more contemporary research conceptualisations of women's entrepreneurship. *International Small Business Journal: Researching Entrepreneurship, 39*(7), 609–618. https://doi.org/10.1177/02662426211020608

Jones, P., Ratten, V., Klapper, R., et al. (2019). Entrepreneurial identity and context: Current trends and an agenda for future research. *The International Journal of Entrepreneurship and Innovation, 20*(1), 3–7. https://doi.org/10.1177/1465750319825745

Kacar, S. O., & Essers, C. (2019). The interplay between identity construction and opportunity structures: Narratives of Turkish migrant women entrepreneurs in the Netherlands. *International Small Business Journal: Researching Entrepreneurship, 37*(7), 713–731. https://doi.org/10.1177/0266242619856809

Lewis, P., Rumens, N., & Simpson, R. (2021). Postfeminism, hybrid mumpreneur identities and the reproduction of masculine entrepreneurship. *International Small Business Journal: Researching Entrepreneurship, 40*(1), 026624262110137. https://doi.org/10.1177/02662426211013791

Yeröz, H. (2019). Manifestations of social class and agency in cultural capital development processes: An empirical study of Turkish migrant women entrepreneurs in Sweden. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research, 25*(5), 900–918. https://doi.org/10.1108/IJEBR-03-2018-0146